

Supremo adia julgamento sobre taxaço de inativos

O julgamento sobre a taxaço de inativos foi suspenso, nesta quarta-feira (26/5), no Supremo Tribunal Federal por pedido de vista do ministro Cezar Peluso. A Corte começou a julgar as A o es Diretas de Inconstitucionalidade ajuizadas pela Associa o Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e pela Associa o Nacional dos Procuradores da República (ANPR). As entidades questionam a cobrança de contribui o previdenciária dos inativos prevista no artigo 4  da Emenda Constitucional 41/03.

A ministra Ellen Gracie, relatora do caso, julgou inconstitucional o artigo e declarou, portanto, procedentes as ADIs. O ministro Carlos Ayres Britto acompanhou a relatora. O ministro Joaquim Barbosa entendeu que o dispositivo   constitucional. O julgamento será retomado depois da análise de Peluso.

Sustenta o oral

A Conamp alegou que a cobrança previdenciária dos servidores inativos e pensionistas fere o direito adquirido. Afirmou, ainda, que esse direito foi garantido na reforma de 1998 que instituiu o caráter contributivo no regime previdenciário.

A ANPR afirmou que a contribui o dos servidores inativos e pensionistas desrespeita os direitos adquiridos e o ato jurídico perfeito, estabelecidos pelo artigo 5  da Constitui o Federal. Na avalia o da ANPR, “os servidores aposentados ou aqueles que reuniam os requisitos necessários   inativa o, antes da promulga o da Emenda que instituiu a reforma da Previdência, estavam submetidos a regime não contributivo ou solidário (antes da EC n  20/98) ou a regime tão somente contributivo (após a vigência da EC n  20/98).

Também foram permitidas manifesta es de *amici curiae*. O presidente interino do STF, ministro Nelson Jobim, lembrou que a sustenta o do *amici curiae* foi aprovada pelo Supremo no julgamento da ADI 2.777, em 26 de novembro de 2003. No julgamento, por maioria de votos, a Corte aprovou a sustenta o oral de *amici curiae* em A o Direta de Inconstitucionalidade.

O advogado-geral da União, Álvaro Ribeiro, sustentou que as a o es não apontaram o alegado direito adquirido violado. Ele destacou que o tema da cobrança de contribui o previdenciária de inativos volta a ser debatido no STF porque, segundo ele, saiu da Corte a “orienta o para a reforma constitucional, onde se proclamou, tantas vezes, a inexistência de direito adquirido a regime jurídico”.

De acordo com o advogado-geral da União, diante de orienta o do próprio STF, não   possível dizer que o Congresso tenha afrontado   Constitui o Federal quando editou o artigo 4  da Emenda 41/03. Afirmou, ainda, que “não merece censura” o artigo 40 da Carta, que deve regular a matéria, “se nenhuma das partes invocou qualquer censura   sua validade”. Ele defendeu, por fim, a constitucionalidade do dispositivo contestado, “para que quem nada recebe não seja obrigado a pagar cada vez mais”.

O procurador-geral da República, Claudio Fonteles, disse que o legislador não poderia editar norma

“agressiva ao direito adquirido”. Fonteles considerou manifesta a inconstitucionalidade do artigo 4º da Emenda 41. Afirmou que “se o legislador deseja impor nova contribuição, deverá criar novo benefício”. (STF)

ADI 3.105

ADI 3.128

Date Created

26/05/2004